



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

CINFORM

www.cinform.com.br

IVZ

Aracaju - SE, 24 a 30 de junho de 2013, Ano XXX, Edição 1576

BEIRA-MAR

Justiça pode liberar trecho interditado

MPE solicita à Justiça análise técnica sobre condições do trecho entre Iate Clube e Anízio Azevedo. Resultados poderão revogar interdição do trânsito

■ A novela da interdição na Avenida Beira-Mar ganhou um novo capítulo. O **Ministério Público Estadual - PME** -, através do **promotor Gilton Feitosa**, solicitou à Justiça uma perícia judicial no trecho interditado da Avenida Beira-Mar. O promotor quer que se façam novos estudos sobre as condições no terreno para que se avalie uma possível liberação no trânsito.



Mario Sousa

Justiça pode liberar trecho interditado da Beira-Mar

Desde o dia 4 de maio deste ano, o trecho entre o Iate Clube e a Avenida Anízio Azevedo se encontra interditado por solicitação do próprio MPE. Uma Ação Civil Pública, movida pela promotora Adriana Ribeiro contra a Prefeitura de Aracaju, solicitou a interdição do trânsito no local por motivos de segurança. Devido à ação das marés na balaustrada da avenida, transitar no local poderia pôr em risco a vida de pedestres e motoristas.

A interdição teria um caráter temporário, sendo revogada tão logo fossem feitas obras de proteção na mureta da avenida. Um grandioso projeto foi desenvolvido para solucionar o problema. No entanto, um impasse entre a Prefeitura de Aracaju e a Administração Estadual do Meio Ambiente - Adema - impediu que as obras tivessem início. Por isso, o trecho continua interditado até hoje.

O promotor Gilton Feitosa, que solicitou a perícia judicial sobre as condições do terreno, afirma que a interdição foi requerida apenas como precaução. Como os trabalhos de recuperação ainda não foram iniciados, o promotor quer avaliar se existem riscos em liberar o trecho interditado.

“Até o momento, só temos avaliações superficiais. Fizemos uma manifestação para que seja feita essa perícia, que se analise as condições do terreno e os riscos de se liberar o tráfego de veículos, pois percebemos que é uma necessidade. A obra leva tempo para ser feita, mas sequer foi iniciada”, afirma Gilton.

IMPASSE

Para a realização da obra, a Prefeitura de Aracaju precisa de uma liberação da Adema. No entanto, o órgão informou que, para liberação das obras no trecho, precisaria de estudos sobre o impacto ambiental. Com o impasse, o município chegou a acionar a Justiça, que deu ganho de causa à Administração do Meio Ambiente.

Procurada pelo Cinform, a Assessoria da Comunicação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente afirmou que o secretário Eduardo Matos pretende não se pronunciar mais sobre o assunto. Já a Assessoria da Comunicação da Adema informou que o órgão continua aguardando o estudo de impacto ambiental da obra. No entanto, até o momento, a Prefeitura não enviou nada para a instituição. ■

►] COMENTE ESTA MATÉRIA
opine@cinform.com.br